

Galvêas admite o pedido de "waiver" pelo déficit nominal

por Cláudia Safatte
de Brasília

O Brasil vai mesmo pedir "waiver", ou perdão, ao Fundo Monetário Internacional (FMI), por não ter cumprido a meta de déficit nominal no encerramento do primeiro semestre, que era de Cr\$ 23,7 trilhões, embora tenha mantido dentro dos parâmetros o déficit do setor público no conceito operacional, que exclui dos saldos dos financiamentos, a incidência de correção monetária e cambial. O déficit operacional acertado foi de Cr\$ 300 bilhões até junho.

Essa providência foi adotada ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que confirmou, também, a negociação que está sendo feita entre o governo brasileiro e o Banco Mundial (BIRD) em torno de um financiamento de US\$ 2 bilhões às exportações, com co-participação de bancos privados. Esse mecanismo inclui, ainda, um esquema inédito de capitalização dos juros, à medida que prevê um teto de juros para os financiamentos que forem concedidos pelos



Ernane Galvêas

bancos privados internacionais. Toda vez que a "prime rate" subir além do teto acertado, o custo adicional será automaticamente refinanciado.

DELFIN VIAJA

O ministro informou, entretanto, que esse pacote de recursos ainda está em fase de acerto e o ministro do Planejamento, Delfim Netto, seguirá no final do mês para Washington, para fechar o negócio com o BIRD.

Quanto ao pedido de "waiver" ao FMI, o ministro da Fazenda está bastante tranqüilo. Ele argumenta que todos os demais critérios de performance foram cumpridos, como o crédito interno líquido e reservas internacionais, assim como o nível de endividamento externo. "Pelos dados preliminares, tudo indica que cumprimos, também, com folga o déficit público operacional. Mesmo que haja um desvio com relação ao déficit nominal — o que ensejará o pedido de "waiver" —, isso não representará maiores dificuldades, pois ele está devidamente explicado pela elevada taxa de inflação." O perdão poderá ser concedido automaticamente, acrescentou Galvêas, lembrando, porém, que mesmo assim o governo terá de preparar uma justificativa ao "board" do FMI.

O problema mais grave de um pedido de "waiver" seria a suspensão da liberação de recursos tanto do Fundo quanto dos bancos privados, como ocorreu no passado. Mas sendo prati-

camente automático, não acontecerá a paralisação.

NOVO ACERTO

Também não há pressa para iniciar o processo de renegociação da dívida externa brasileira dos próximos anos, junto à comunidade financeira internacional. Segundo o ministro, a fase da renegociação somente será aberta após a reunião do FMI, em setembro. "Não estamos ansiosos", alega o ministro, que justifica a cautela e a calma pelo País dispor, hoje, de uma caixa de US\$ 4,2 bilhões.

Nos próximos dias o governo inicia, entretanto, a conversa com o FMI para o acerto das metas para o último trimestre do ano e a avaliação dos resultados do primeiro semestre. No dia 23 deste mês, desembarca em Brasília a economista Ana Maria Jul, chefe da Divisão do Atlântico, para colher os primeiros dados estatísticos, e, no dia 13 de agosto, juntam-se a ela os outros membros da missão, para a fase mais decisiva, que é a fixação de tetos para o último trimestre do ano.